

MEIO AMBIENTE Documento diz que ações em defesa da floresta são marcadas por ineficiência, burocracia e desarticulação

Países ricos criticam atuação do Brasil

LUCAS FIGUEIREDO
enviado especial a Manaus

ALTINO MACHADO
da Agência Folha, em Manaus

As políticas dos governos federal e dos Estados para a Amazônia ainda são marcadas pela ineficiência, desarticulação e

burocracia, apesar dos avanços em relação às décadas de 70 e 80. Em alguns casos, em vez de proteger, chegam a ser uma ameaça ao meio ambiente.

É o que se conclui da leitura das 165 páginas de um documento elaborado pelas secretarias técnicas do PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), que conta com financiamento dos sete países mais ricos (EUA, Reino Unido, França, Canadá, Japão, Alemanha e Itália).

A publicação foi editada, neste mês, pelo governo federal e traz sua marca publicitária: "Brasil em Ação". Veja a seguir o que diz o documento sobre as ações dos governos federal e estaduais:

Desmatamentos e queimadas - A publicação traça as consequências dessas práticas: empobrecimento da biodiversidade, danos à fauna ameaçada de extinção, aumento do período de seca, do processo de desertificação e da concentração de gases, especialmente dióxido de carbono.

Depois, critica: "As ações do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), dos órgãos estaduais de meio ambiente e demais órgãos ligados ao monitoramento e ao controle do uso de recursos naturais têm sido insuficientes para redução significativa desse quadro, por serem estanques, desarticuladas e, geralmente, deficitárias em recursos financeiros, materiais e humanos".

Diz também que há "carência de tecnologia e pesquisa para uso sustentado dos recursos naturais renováveis amazônicos".

Extração de madeira - Nessa área estão as críticas mais agudas. O documento afirma que é mais fácil tirar uma licença para desmatar do que para implementar projetos de manejo florestal sustentável, nos quais são feitos rodízios de áreas a serem cortadas, permitindo a renovação da cobertura.

"No âmbito das normas ambientais e burocracia governamental, são evidentes as maiores facilidades para obtenção de licenças para corte raso (desmatamento), quando comparadas com os requerimentos para licenciamento de manejo florestal sustentável."

A exploração insustentável (sem a renovação da cobertura florestal) tem como uma das causas "a falta de políticas adequadas e de sistemas de estímulos para manejo sustentável" e a "ineficiência do monitoramento e controle da explo-

ração madeireira".

Essa falta de estímulo faz com que somente 1% da produção madeireira tenha origem nas práticas de manejo sustentável. "O governo carece de um sistema de monitoramento, controle e fiscalização eficiente e eficaz. O atual sistema de normas, regulamentos e instrumentos para efetuar o monitoramento e controle de atividades florestais na região é inadequado."

Reservas indígenas - O livro anota que a Constituição de 88 determinou que todas as terras indígenas fossem demarcadas em cinco anos. Só a Amazônia abriga 17 milhões de indígenas, a maior população do país. Extrapolado esse prazo em quatro anos, o quadro na região é o seguinte: 180 terras indígenas demarcadas. Permanecem "sem providência" 135 áreas. Aguardam demarcação 6 áreas identificadas e 60 delimitadas.

O documento diz que "apesar dos avanços, persistem alguns problemas".

Autoridades deixam negociação e dançam em festa

do enviado especial a Manaus
e da Agência Folha, em Manaus

Autoridades do governo brasileiro, diretores do Bird (Banco Mundial) e representantes dos países doadores do programa de proteção às florestas tropicais esqueceram, anteontem, as negocia-

ções e pressões mútuas e terminaram "evoluindo o boi" — expressão da Amazônia para a dança do bumba-meu-boi.

A festa — patrocinada pela organização não-governamental GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) — foi idealizada para ser um jantar. Mas, conforme ia "evo-

luindo o boi" ao som do grupo Kuarup, brasileiros e estrangeiros se soltaram e poucos foram os que tocaram na costela de pirarucu com batatas.

"Toca mais uma", gritavam os foliões ao fim de cada música. Resultado: o Kuarup começou a anunciar a "saideira" antes das

23h, mas acabou tocando até 0h30.

O destaque da animação ficou com o presidente do Ibama, Eduardo Martins, entre os brasileiros, e, na categoria internacional, com o representante da comissão da União Européia, Christoph Bail, que comandaram um pequeno grupo. (LFeAM)

Class. 14
Data 30/10/97
Pg. 3-5
ESP